



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.  
Proc. Nº 33501/17  
Fls. DL  
Resp. ~

REQUERIMENTO N.º 363/2017

Ementa: **Voto de Congratulações e Reconhecimento à Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo** pelo manifesto contra a Reforma da Previdência.

**Excelentíssimo Senhor Presidente;  
Nobres Vereadores:**

O Vereador **José Henrique Conti** requer, nos termos regimentais após a aprovação em plenário, seja inserto nesta Casa de Leis, **Voto de Congratulações e Reconhecimento à Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo** pelo manifesto contra a Reforma da Previdência.

**Justificativa:**

A Reforma da Previdência tem pontos polêmicos que afetam diversas categorias. No decorrer dos dias, Sindicatos e Entidades se manifestaram através de cartas abertas contra a reforma da previdência.

As entidades listaram diversos abusos, entre eles, a exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, a necessidade de o contribuinte ter 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral, a redução do valor geral das aposentadorias e a precarização da aposentadoria do trabalhador rural e o fim da aposentadoria especial para professores.

Importante salientar outro ponto destacado por especialistas considerado abusivo, que são as propostas de pensão por morte e benefícios assistenciais abaixo de um salário mínimo e a cumulação da pensão com a aposentadoria.

Necessário se faz mencionar e parabenizar importante carta aberta da Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo, entidade que representa a categoria dos Assistentes Agropecuários, servidores públicos de nível superior, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado



C.M.V.  
Proc. Nº 1150/17  
Fls. 02  
Resp. ~

**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

de São Paulo, categoria esta, que também se mostra indignada com a proposta e contrária às medidas propostas, além de não concordar com a forma de encaminhamento do processo.

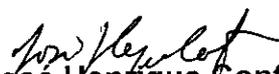
Resta claro que, as mudanças desfiguram o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso da aposentadoria à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida.

A reforma da Previdência, por sua importância e pelo impacto causado na vida de milhões de brasileiros, exige um diálogo amplo e sincero com todos os segmentos sociais envolvidos, a fim de construir consensos e de encontrar o equilíbrio entre os mecanismos de proteção social e suas fontes de financiamento.

Por tudo isso, necessário se faz a imediata suspensão da tramitação da PEC 287/2016, a fim de que seja promovido um efetivo debate com a sociedade brasileira, e de que possamos contribuir na busca de alternativas à proposta apresentada.

Ante o exposto, solicito aos demais colegas nobres Vereadores que votem favoravelmente ao requerimento e, que, após a aprovação, seja encaminhado ofício à Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo-AGROESP na pessoa de seu presidente Engenheiro Agrônomo Victor Branco de Araujo, parabenizando-o pelo manifesto, com cópia ao Presidente da Câmara dos Deputados e toda liderança dos partidos que compõem o Congresso Nacional.

Valinhos, aos 20 de março de 2017.

  
Dr. José Henrique Conti  
Vereador - PV

## Carta aberta da Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo encaminhada aos senhores Congressistas



Associação dos Assistentes  
Agropecuários  
do Estado de São Paulo

C.M.V. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº 1150/12  
Fls. 03  
Resp. 2

### MANIFESTO DA AGROESP SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Senhor Congressista,

A Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo - AGROESP, é entidade que, desde 1988, representa a categoria dos Assistentes Agropecuários, servidores públicos de nível superior da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, presentes nas coordenadorias CATI, CDA e CODEAGRO, em todo o estado, contando atualmente com cerca de um mil associados contribuintes, e foi constituída com a finalidade de lutar pelos interesses dos Assistentes Agropecuários e pela preservação da boa qualidade dos trabalhos da SAA.

Depois de tomar conhecimento de alguns detalhes da iniciativa do governo federal, em promover a reforma do sistema previdenciário no Brasil, resolvemos aqui tecer algumas considerações que levaram a nos posicionar frontalmente contrários às medidas propostas e à sua forma de encaminhamento.

Em primeiro lugar, servidores públicos que somos, fomos admitidos em uma carreira de Estado sob concurso público, com regras claras quanto aos vencimentos, evolução funcional, aposentadorias e pensões. Além disso, estamos sujeitos ao Estatuto do Funcionário Público, uma cartilha legal muito rígida e extremamente detalhada, no que tange aos direitos e deveres dos servidores, notadamente à sua responsabilização civil e penal por atos indevidamente praticados no exercício de suas funções. Cabe aqui um parêntese: aos trabalhadores sob o regime da CLT, essa responsabilização é muito mais branda e implica quase sempre o ente contratante como corresponsável por tais atos. Tudo isso constante do edital que norteou o processo de seleção dos candidatos e que foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, tendo portanto, fé pública. Desse modo, nosso projeto de vida foi construído em cima desse alicerce que, pela sua natureza, era extremamente sólido.

Assim, nos sujeitamos aos baixos proventos no início da carreira - lembro eu que no final dos anos 80 ganhava cerca de dois salários mínimos, como Chefe do Escritório de Defesa Agropecuária de Capão Bonito. Era voz corrente que o início era difícil, com muito trabalho, privações, mas tudo compensado pelo final da carreira com um bom salário propiciado pela evolução funcional, aposentadoria integral e eventual pensão integral à esposa e dependentes incapazes. Era comum o comentário que nossa vida funcional

poderia ser comparada a uma prova de maratona, em que nosso fôlego deveria ser dosado para, ao final, colhermos os louros da vitória.

A primeira frustração ocorreu com a criação da SPPREV e os consequentes aumento da nossa contribuição previdenciária e redução das pensões para oitenta por cento dos proventos da ativa. Veio também o pedágio, no qual, para aposentar eram necessários completar noventa e cinco anos para homens e oitenta e cinco para mulheres (somados idade e contribuição), tudo isso enfiado goela abaixo dos servidores e nunca sem antes realizarem uma ampla campanha de desmerecimento e achincalhação dos servidores, sempre apoiada pela imprensa, como forma de jogar a opinião pública contra nossa laboriosa e importantíssima categoria.

Com o passar dos anos, a SPPREV foi modificando os editais de concurso público até o modelo atual, em que o ingressante apenas tem direito à paridade com o INSS, independente de o Estado não propiciar a esse mesmo servidor as mesmas garantias oferecidas aos trabalhadores regidos pela CLT, como o fundo de garantia e demais vantagens. Chegamos ao ponto que, apenas a cartilha de ferro do já referido Estatuto continua a subjugar o servidor público como única garantia que o diferencia dos comuns.

Agora nos vem goela abaixo mais esse projeto de "reforma" em que novos deveres são colocados aos servidores e direitos adquiridos lhes são subtraídos, sob os olhos complacentes de um poder judiciário débil e um ministério público apenas preocupado em manter os próprios direitos.

O interessante é que na dita "Operação Lava Jato", dentre os maiores implicados, não temos notícias de servidores de carreira, devidamente concursados. Sabemos que ocupantes de cargos comissionados, prática comum nos últimos tempos, são os grandes vilões, nesse caso assessores e diretores do alto escalão.

Finalizando, nenhuma auditoria independente foi feita sobre as contas da previdência, e todas as informações que recebemos de entidades representativas do setor nos indicam que o problema do "déficit" é pura maquiagem e que, mais uma vez, os servidores públicos e demais cidadãos dessa Pátria vão pagar uma conta que não é deles.

Desse modo, como **representante legalmente constituído junto ao Congresso Nacional**, pedimos a Vossa Excelência que pense nos seus eleitores ao encaminhar o projeto de lei que trata da reforma da previdência. Coloque-se no lugar de cada um desses eleitores, podendo assim sentir a agonia que estão passando.

Campinas, 14 de março de 2017

C.M.V.  
Proc. Nº 31501/17  
Fls. 04  
Resp. ~

## NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

ENGº AGRº VÍCTOR BRANCO DE ARAUJO

AGROESP - PRESIDENTE